



A JUSTIÇA DE TABLOIDE, O NEGÓCIO DA TRANSTEJO E O IMPACTO DA PANDEMIA NOS ESCRITÓRIOS

A Advocatus deste mês mostra-vos o lado assertivo de Paulo Farinha Alves, sócio da PLMJ e especialista em contencioso. O advogado de alguns dos mais mediáticos casos da nossa praça, não poupa críticas à forma como a Justiça é 'gerida' em Portugal. Sugere a redução das férias judiciais para este ano, admite que já foi percorrido um longo caminho na prevenção da corrupção, crítica o excesso de alterações legislativas em Portugal e sublinha que o Governo errou ao decidir relaxar medidas de confinamento no Natal. Critica ainda a falta de meios no Ministério Público e realça várias vezes, ao longo da entrevista, os perigos de caminharmos para uma justiça de tabloide. Uma entrevista a ler.

Damos também destaque ao regime de transparência fiscal a que os advogados estão sujeitos em vigor há mais de 30 anos. Os tempos mudaram e a realidade é outra. A Advocatus foi perceber junto dos profissionais e do bastonário como funciona este regime e o que é preciso mudar. José Pedroso de Melo, da TELLES, Joaquim Pedro Lampreia, da VdA e Raquel Galinha Roque da CRS Advogados, consideram que o regime resulta numa concorrência desleal, bem como o bastonário da Ordem dos Advogados, Luís Menezes Leitão. A pandemia também não poderia estar fora da capa desta edição de abril: um ano depois do início da mesma, o setor da advocacia mudou de hábitos e tornou-se mais digital. O contexto trouxe desafios muito exigentes e estratégi-

cos a todas as empresas, e as sociedades de advogados não foram exceção.

Para negócio do mês, escolhemos a celebração de contratos de serviço público com as obrigações e as respetivas indemnizações compensatórias entre o Governo, a Soflusa e a Transtejo, operadores do serviço público de transporte fluvial no rio Tejo. Este foi o primeiro contrato de concessão de serviço público celebrado ao abrigo destas novas regras por um período de 5 anos, a cargo da SRS, com José Moreira da Silva a liderar a operação. A nossa advogada do mês é Rita Garcia Pereira, advogada especializada em direito do trabalho, que na entrevista faz um balanço sobre o impacto da pandemia no setor laboral. Segundo a advogada, as ações de despedimento

coletivo são das que mais demoram, sendo um dos pontos que o legislador se deve debruçar. Boas leituras. ●



Por **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Diretora executiva

A Advocatus foi perceber junto dos profissionais e do bastonário como funciona este regime e o que é preciso mudar. José Pedroso de Melo, da TELLES, Joaquim Pedro Lampreia, da VdA e Raquel Galinha Roque da CRS Advogados, consideram que o regime resulta numa concorrência desleal.